



ANA BEATRIZ DE CARVALHO KUMBIS CHINELLI

GÊNERO E EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS:
CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ECONOMIA

CAMPINAS

2018



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

ANA BEATRIZ DE CARVALHO KUMBIS CHINELLI

**GÊNERO E EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS:
CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ECONOMIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti.

CAMPINAS

2018

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às pessoas que conheci por conta do Coletivo EJA. O tempo que passamos juntas deu outro significado para minha passagem na UNICAMP, pretendo carregar as lembranças e as amizades por muito tempo.

À Mayara, quase não tenho palavras para agradecer. Nossa amizade foi uma das melhores coisas dessa parte do caminho. Com você, sinto que a porta está sempre aberta. Espero conseguir retribuir.

Ao Ricardo, obrigada por tudo, pela paciência quase infinita, pelo companheirismo, pela ajuda. Por me escutar durante tanto tempo sobre a monografia que não sai, e que sem você não teria conseguido. Também queria agradecer pelos jogos de forca, batalha naval e pebolim. No final das contas a gente também sobreviveu à graduação dessa forma.

Às companheiras de casas, que me ensinaram tanto e me apoiaram em tantos momentos. Eu cresci muito na companhia de vocês: Gheisa, Niel, Jéssica, Biscoito, Belén, Gabi, Dolores, Bruno, Paola...

À Julia, à Mel e ao Fabrício, nossa amizade já tem um tempo, mas agradeço por fazerem de São Paulo um lugar um pouco mais fácil.

À minha família, mãe, pai, Pedro e nossos bichinhos. Obrigada por segurar o rojão, sempre. De um jeito ou de outro a gente sempre se ajuda, dá um jeitinho. Estar em casa é muitas vezes um alívio.

Ao meu orientador Eduardo Mariutti e à Marilane Teixeira, por possibilitarem esse fim de ciclo. Obrigada pelo apoio e pela compreensão.

Ao pessoal da secretaria de graduação, Eduardo, Régis e Elaine, por todos os galhos quebrados, obrigada demais. Sem vocês nada funcionaria. Em memória da Regina, que sempre ajudava muito também e se foi muito cedo.

Resumo

O seguinte trabalho busca contribuições dos estudos feministas e de gênero, no âmbito de diferentes disciplinas e tradições intelectuais, para se pensar a Economia. Centra-se na análise de trajetórias de autoras feministas que empreendem críticas à produção científica e à epistemologia dominante. Organizadas em três eixos - *marxismo*, *pós-estruturalismo* e *pós-colonialismo* - as autoras têm em comum o questionamento de um sujeito universal nas ciências, buscando na teorização feminista conceitos que abarcam a multiplicidade de experiências envolvidas na categoria mulher. Suas obras embasam discussões teóricas úteis para pensar as possibilidades de inclusão das experiências femininas na disciplina de Economia.

Palavras-chave: Gênero, Epistemologias Feministas, Economia

Abstract

The following paper seeks contributions from feminist and gender studies, in the scope of various disciplines and intellectual traditions, to approach Economy. It revolves around analyzing the path of several feminist authors who criticize the scientific production and the dominant epistemology. Organized around three axis - marxism, post-structuralism and post-colonialism - such authors have in common questioning an universal subject in science, identifying in feminist theorization concepts that embrace the multiplicity of experiences revolving the woman category. Their work address theoretical debates useful to approach the inclusion of feminine experiences in the Economy discipline.

Keywords: Gender, Feminist Epistemologies, Economy

ÍNDICE

1. Introdução.....	8
1.1. Apresentação.....	8
1.2. Estruturação do trabalho.....	9
2. Capítulo 1.....	11
2.1. Considerações iniciais.....	11
2.2. Marxismo.....	12
2.2.1. Gayle Rubin [1975].....	14
2.2.2. Danièle Kergoat e Helena Hirata [2007].....	16
2.2.3. Angela Davis [1981].....	19
2.2.4. Considerações finais: Marxismo.....	21
2.3. Pós-estruturalismo.....	22
2.3.1. Sexo e gênero, Anne Fausto-Sterling [2000] e Judith Butler [1993].....	24
2.3.2. Joan Scott.....	27
2.3.3. Considerações finais: Pós-estruturalismo.....	29
2.4. Pós-colonialismo.....	31
2.3.1. bell hooks [1991].....	32
2.3.2. Grada Kilomba [2008].....	34
2.3.3 Considerações finais: Pós-Colonialismo.....	36
3. Conclusão.....	37
4. Referências Bibliográficas.....	40

Qual conhecimento é reconhecido como tal?
E qual conhecimento não o é?
Qual conhecimento tem feito parte das agendas e currículos oficiais?
E qual conhecimento não faz parte de tais currículos?
A quem pertence este conhecimento?
Quem é reconhecido/a como alguém que tem conhecimento?
E quem não é?
Quem pode ensinar conhecimento?
Quem pode produzir conhecimento?
Quem pode performá-lo?
E quem não pode?

*Grada Kilomba,
Descolonizando o conhecimento*

1. Introdução

1.1. Apresentação

A necessidade de estudar gênero e empreender um olhar feminista para pensar a disciplina da Economia vem de motivos simples. Primeiramente, da vivência no mundo concreto, da frustração de ver o que é relegado às mulheres, desde a precarização das ocupações das mulheres mais marginalizadas, até as obrigações solitárias no mundo doméstico, que atinge a maioria das mulheres e configura duplas jornadas¹. Dentro e fora do âmbito do trabalho, vem das situações de violência, que afligem tanto a vida pública, quanto a privada. E em segundo lugar, como estudante de Economia, vem da insatisfação de ver que a disciplina não oferece substrato para pensar e resolver problemas concretos dos grupos que não estão majoritariamente representados nos círculos acadêmicos e/ou que não são grandes detentores de poder econômico. Mesmo em centros de pesquisa heterodoxos, pouco se fala de gênero, de racismo, de violências, de mulheres; poucas mulheres são lidas e estudadas.

Se os motivos são simples, o desafio não é. O gênero e os feminismos não se delimitam em um campo específico do conhecimento, mas adentram as diversas disciplinas, borrando a exatidão das ciências exatas, evidenciando a construção social do biológico e avançando cada vez mais a reavaliação das ciências sociais. Além disso, são diversas as concepções de feminismo e de gênero, nos levando a procurar reflexões coerentes à ideia de que os mundos que me frustram – o da realidade concreta e o da produção do conhecimento – estão intimamente conectados na produção das desigualdades. Destaca-se também que para pensar o gênero dentro da economia, é particularmente útil uma visão multidisciplinar. Não só porque o gênero é multidisciplinar - é biologia, é psicanálise, é história –, mas porque a economia feminista é um campo em construção e podemos aprender muito olhando nossas colegas da sociologia do trabalho, transpondo os questionamentos das historiadoras feministas sobre epistemologia, questionando dualismos biológicos e observando como os embates dentro do próprio feminismo trazem substrato para pensar a produção do conhecimento.

¹ Em 2017, 92,7% das mulheres brasileiras com 14 anos ou mais entrevistadas na PNAD Contínua realizaram trabalhos domésticos e de cuidados de pessoas, despendendo em média de 20,9 horas semanais. Para os homens a média foi de 10,8 horas. (IBGE, 2018)

Buscar uma economia que na prática e na teoria leva em consideração as mulheres e objetiva a superação das desigualdades de gênero nos coloca em contato com diversas questões mais gerais, que orientaram a organização deste trabalho. Como o gênero influencia a produção científica? Qual a relevância destas produções para a perpetuação das desigualdades no mundo não acadêmico, ou então, a produção científica produz o mundo? Antes de tudo, o que é gênero e como diferentes correntes teóricas feministas o conceituam? Quais as autoras que podem ser mobilizadas para uma teoria e prática feminista que mobilizem conceitos de raça/racialização, sexualidade, classe social e pensem as diferenças entre mulheres?

1.2. Estruturação do trabalho

Apresentadas as motivações, a proposta desta monografia é adentrar algumas trajetórias teóricas dentro do debate feminista e de estudos de gênero que ilustram dificuldades e possibilidades de inserção das experiências femininas nos campos de conhecimento estabelecidos. Com isso, pretendemos nos apropriar de discussões teóricas úteis à construção de uma disciplina de Economia sensível às questões feministas.

Julga-se importante o resgate destas trajetórias, pois o desafio feminista às ciências toma diversas formas dependendo do contexto histórico, da disciplina em que se insere, do local de escrita e dos movimentos de mulheres em cada um destes locais. Três nichos teóricos foram selecionados para organizar os comentários sobre estas trajetórias: marxismo, pós-estruturalismo e pós-colonialismo. As autoras selecionadas vinculam-se em maior ou menor grau com as ferramentas analíticas de cada um deles, e apresentam em comum o esforço de tecer teorias sensíveis à multiplicidade que implica a categoria mulher, em uma busca que identificamos como a desconstrução da ideia de um sujeito universal nas ciências. O questionamento desta ideia é o pilar que estruturou nosso trabalho.

Após diversas leituras, um texto foi selecionado como base para entender como a construção de epistemologias e teorias feministas nos faz circular por tantas disciplinas e correntes teóricas - algumas das quais sequer incluem o gênero originalmente - e reconhecer a importância desse movimento. Trata-se de *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*, de Sandra Harding (1993).

A partir dessa leitura, explicitam-se inquietações comuns à mulheres empenhadas em fazer teorias feministas. Entre elas, *com quem* nos comunicamos? Inserir a mulher e suas problemáticas em disciplinas ou tradições intelectuais consolidadas a partir de referenciais androcêntricos é uma tarefa com a qual muitas pensadoras se deparam, já que frequentemente tem nestes locais parte de sua formação teórica e entendem que destes locais emerge o conhecimento *considerado* legítimo. Muitas vezes nos vemos travadas nestes diálogos, mas à medida que ampliamos nosso poder de crítica ao machismo e androcentrismo nas ciências, como podemos transcender a necessidade de realizar essas denúncias, centralizando energias em novas formas de fazer ciência que não reproduzam os sistemas de pensamento que tentamos superar? A outra indagação, então, é: *como* nos comunicamos? Vislumbrando o desafio feminista às ciências como passível de abalar alguns pressupostos do pensamento ocidental moderno, a autora toca em pontos em que é comum espelhar os esquemas dominantes: aspirar a construções teóricas totalizantes, pretendendo-nos capazes de apreender a realidade como um todo; invisibilizar outras experiências femininas sob a égide de uma teoria mais objetiva, baseando-se em uma universalização da categoria mulher; incorrer em esquemas duais de pensamento. É importante, no curso de nossa análise, nos questionar sobre o lugar social que ocupam as mulheres legitimadas para protagonizar esse tipo de teoria.

Por fim, o texto de Harding é um convite para a autotransformação através da teoria, nos inspirando à reconstrução permanente dos esquemas analíticos para que, no curso de nossas trajetórias intelectuais, permaneçamos conectadas com nossa vontade de transformação social. Ela nos inspira a ver na instabilidade das categorias analíticas uma potencialidade para não ficarmos engessadas teoricamente frente à um mundo instável, auxiliando-nos também na construção do olhar que pretendemos lançar sobre a trajetória das feministas estudadas.

2. Capítulo 1

2.1. Considerações iniciais

Pesquisar a respeito do conceito de gênero nos coloca em contato com diversos textos “clássicos”, verbetes e definições que ainda reverberam nas discussões acadêmicas atuais, reincidindo nas citações das pesquisadoras contemporâneas. Muitas vezes os textos estabelecem diálogos entre si, ilustrando debates de uma época ou de um local de escrita, ou entre autoras com vinculação a corpos teóricos distintos. Embora não seja simples encontrar uma definição de gênero, pois exige desvendar estes entrelaçamentos, esta busca nos ajuda a contar estas histórias.

Tomando como ponto de partida alguns verbetes, percebemos que embora a palavra *gênero* possa ter significados diferentes nos diversos idiomas, a recusa da naturalização da diferença entre os sexos é um marco que define o conceito. Françoise Collin (2009), no *Dicionário Crítico do Feminismo* aponta que *gênero* (em português) é equivalente a *gender* (em inglês). Já no contexto francês, gênero (*genre*) não é usualmente utilizado. Esta distinção é útil para as leituras de feministas e sociólogas do trabalho francesas, que muitas vezes utilizam o referencial de sexo - o que não significa que afirmarão a diferença sexual enquanto natural, pois também se inserem no contexto de recusa. Nicole-Claude Mathieu (2009), autora francesa, aponta no verbete *Sexo e gênero* do mesmo livro que a diferença biológica é exacerbada nas sociedades humanas, traduzindo-se através do gênero em funções sociais diferentes e hierarquizadas:

O gênero se manifesta materialmente em duas áreas fundamentais: 1) na divisão sociossexual do trabalho e dos meios de produção, 2) na organização social do trabalho de procriação, em que as *capacidades* reprodutivas das mulheres são transformadas e mais frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais. (MATHIEU, 2009, p. 223).

Em “*Gênero*” para um dicionário marxista: política sexual de uma palavra, Donna Haraway (2004) narra a experiência de escrita de um verbete, permitindo acompanhar de perto as desventuras consequentes a este feito. Ela aponta que o conceito evolui de forma diferente em cada língua, reconhecendo ainda que sua percepção desse movimento era limitada por seu idioma e condições sociais. Além disso, ao afirmar que “As histórias específicas do movimento de

mulheres nas vastas áreas do mundo nas quais essas linguagens eram parte da política vivida eram as razões principais das diferenças” (HARAWAY, 2004, p. 204), a autora nos ajuda a pensar como a história das palavras está intimamente relacionada com a trajetória do feminismo em cada contexto. Os textos “clássicos”, em sua maioria de origem euro-americana, ao mesmo tempo em que reverberam nos mais diversos centros acadêmicos pelo mundo, tem limitações para explicar a história do conceito em países fora deste eixo, como o Brasil. Localizar os conceitos de gênero dentro de sua historicidade, não retira necessariamente sua validade, mas nos mostra “de modo agudo os problemas da comparação cultural, da tradução linguística e da solidariedade política” (Ibid., p. 211). Esta limitação se expressa inclusive no presente trabalho, que tem como base muitos “clássicos”, por isso além de empreender a tentativa de manter viva a reflexão a respeito do que é colocado implicitamente como universal, buscamos levantar pensadoras que estão fora destes contextos de produção de conhecimento.

2.2. Marxismo

O conceito feminista moderno de gênero não se encontra nos escritos de Marx e Engels, embora seus escritos e outras práticas, e as de outros da tradição marxista, tenham oferecido instrumentos importantes, assim como barreiras, para as teorizações posteriores sobre gênero. (HARAWAY, p. 211, 2004).

Porque colocar o marxismo neste primeiro tópico? Justamente por identificar que muitas autoras mantém uma relação, mesmo que de negação ou de ambiguidade, com esta tradição intelectual que por si só, já é difusa e variada. O marxismo povoa a trajetória de feministas muito divergentes entre si, uma vez que é um campo teórico de formação de intelectuais de esquerda nos mais diferentes países, do que resulta que pensar a relação do feminismo com o marxismo não leva a uma reflexão óbvia ou unívoca. Tal relação varia de acordo com o grau de vinculação, em cada país, da própria esquerda com o marxismo; podendo determinar que a manutenção desta, onde a tradição marxista é forte, torna as questões feministas mais visíveis.

Partindo de alguns apontamentos iniciais sobre as limitações dos escritos de Marx e Engels para se pensar o gênero, nosso esforço é compreender de que forma essa relação coloca entraves à teorização feminista e como as autoras dos textos selecionados, que se definem como marxistas ou trabalham especificamente dentro da trilha aberta pelo marxismo, superam estes entraves. Haraway (2004) explora profundamente a questão, uma vez que seu verbete situa-se em

um dicionário marxista. A problemática mais importante destacada pela autora é que o uso dos conceitos de *trabalho* e *natureza* na teoria marxiana, que se insere no panorama do discurso ocidental em geral, é conflitante com o intento feminista que já identificamos como marco definidor para o surgimento da conceituação do gênero - a vontade de destituir a hierarquização que parte da naturalização da diferença sexual. A questão da mulher é vinculada à divisão sexual do trabalho, que é naturalizada “na sua suposição de uma divisão pré-social do trabalho no ato sexual (relação heterossexual)” (HARAWAY, 2004, p. 213), e à “relação de econômica de propriedade como a base da opressão das mulheres no casamento” (Ibid., p. 212) que vincula e subordina a questão das mulheres às questões de classe em termos marxistas.

Por outro lado, o marxismo inspirou a construção de horizontes utópicos e emancipatórios, concretizando uma sistematização da problemática capitalista de classe que se tornou paradigmática para a teorização de outras opressões. Se nos propomos a destacar feministas que desafiam os sujeitos universais, frequentemente cruzamos com o apontamento da diversidade de experiências humanas em termos de raça, classe e gênero; às que visualizam a questão sob este trinômio ou suas variações, o marxismo figura, quase obrigatoriamente, como pano de fundo. Porém, para pensarmos criticamente a inclusão do termo, cabe mais um destaque: bell hooks (2015) em sua crítica ao discurso feminista dominante e à ela contemporâneo (norte-americano, branco e de classe média), nos leva a concluir que há uma permeabilidade maior deste discurso às questões de classe em termos marxistas, do que à inclusão do racismo nas análises - sem o qual consideramos que não se tem uma compreensão séria da própria questão de classe. Sem, portanto, rever comportamentos classistas, como o próprio ato de privilegiar a experiência da mulher branca de classe média como unificadora e representativa da opressão sexista que assola (todas) as mulheres. Colocar suas questões como universais é possível a este grupo de mulheres justamente por estarem numa posição de classe que as permitia a intelectualidade e a colocação de suas teorizações enquanto dominantes. A teoria marxista, de certa forma, tornou-se um discurso validado dentro das tradições intelectuais de esquerda, enquanto as reflexões acerca do racismo - mesmo colocadas pelos movimentos de mulheres negras ao longo de toda a história do feminismo² - são incorporadas às teorias feministas de forma mais ampla tardiamente. Sendo

² “[Soujourner] Truth, já em 1851, desafiava o modo pelo qual as representações do feminismo estavam sendo concebidas e, na prática, tentava restituir humanidades negadas [...]” (RIBEIRO, 2017, p. 23).

assim, é necessário analisar com cautela a forma com que o conceito de classe é utilizado e incorporado nos textos.

2.2.1. Gayle Rubin [1975]

Antropóloga estadunidense e militante, Gayle Rubin (1993)³ inaugura o termo *sistema de sexo/gênero* no ensaio *O tráfico de mulheres, notas sobre a “economia política do sexo”*. Lido conjuntamente à entrevista concedida por ela a Judith Butler⁴, o ensaio ilustra uma trajetória emblemática de disputa feminista no seio da intelectualidade marxista, e, ao mesmo tempo, de subscrição ao marxismo enquanto paradigma dominante. Tendo como pano de fundo a lesbianidade, que marca sua trajetória intelectual e de militância, o ensaio aborda também a questão da heterossexualidade compulsória.

Dialogando diretamente com o marxismo, a autora visualiza, particularmente no trabalho de Engels, na *Origem da Família e da Propriedade*, o esforço para compreender o papel da mulher no capitalismo (RUBIN, 1993). O reconhecimento de que uma parte da reprodução da vida ocorre no interior da família é uma das principais ideias destacadas. As possibilidades abertas - pensar o papel da mulher na reprodução social, inserir o trabalho doméstico no cerne da dinâmica capitalista - foram levadas a cabo por autoras feministas, inclusive da sociologia do trabalho e da economia. Rubin (1993, p. 6) argumenta, porém, que “Um sistema de sexo/gênero não é apenas o momento reprodutivo de um ‘modo de produção’”, concluindo como necessário desenvolver teoricamente um sistema distinto do econômico, negando as ideias marxianas enquanto suficientemente explicativas da opressão sexual.

Para teorizar sobre o sistema de sexo/gênero⁵, marco teórico para textos feministas posteriores, ela recorre então a outros cânones - Freud, na leitura lacaniana, e Lévi-Strauss - para os quais, descreve, “há um profundo reconhecimento do lugar da sexualidade na sociedade, assim como de uma profunda diferença entre a experiência social de homens e mulheres” (Ibid., p. 3). Mais ao final do texto comenta que a escolha por estes autores vem deles pensarem sexo e gênero de forma isolada do sistema econômico. Mesmo se valendo da psicanálise e do estruturalismo

³ Publicado originalmente em 1975.

⁴ RUBIN; BUTLER, 2003

⁵ “Adoto como definição preliminar de um ‘sistema de sexo/gênero’: um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.” (RUBIN, 1993, p. 2)

(sistemas de parentesco) para seu desenvolvimento teórico, ela não abandona a centralidade dos paradigmas marxianos: “devo sugerir, como tentativa, um próximo passo: uma análise marxiana dos sistemas de sexo/gênero” (RUBIN, 1993, p. 22-23), ou ainda, como demarca o título do ensaio, uma economia política do sexo.

Julgamos um texto emblemático pois ele denota, no contexto da autora, a necessidade do diálogo com o marxismo, seja através da negação ou trabalhando em sua adaptação às necessidades teóricas dos feminismos que se construíam (vemos apontado na entrevista que em alguns casos isso significou a subjunção total às questões de classe e do imperialismo⁶). No caso de Rubin, pensar a opressão sexual em separado foi uma forma de colocá-la como um sistema com peso e relevância próprios, embora deixasse o marxismo quase intocado no que tange à opressão de classe. Mais do que isso, figurava como forma de sistematização de referência, modelo; a autora aspira colaborar para a construção de uma sistemática com poder explicativo tamanho como o que julga ter a marxista para classe, inclusive traçando um horizonte utópico para o gênero.

A leitura da entrevista nos ajuda a pensar as mudanças teóricas que serão adotadas ao longo de sua trajetória intelectual. Além de realizar um balanço da época em que escreveu o ensaio, reconhecendo que “o marxismo permitiu que as pessoas levantassem toda uma série de questões que o próprio marxismo não podia responder satisfatoriamente” (RUBIN; BUTLER, 2003, p. 158), a autora mostra que foi estimulada a escrevê-lo pelos primeiros contatos com a antropologia e a psicanálise. Ela aponta que existiam à época poucas traduções de textos estruturalistas e pós-estruturalistas franceses, nos mostrando que estas referências serão impactantes para seus próximos escritos; reconhece, em um segundo momento, que o marxismo tinha “limitações intrínsecas” (Ibid., p. 162) para teorizações sobre feminismo e lesbianidade, apontando a busca de outras bases teóricas:

GR: “Thinking Sex⁷” fez parte de um movimento que se afastava da visão de um estruturalismo de primeira hora centrado nos aspectos binários da linguagem, como as oposições binárias tão presentes em Lévi-Strauss e Lacan, orientando-se para os modelos posteriores, mais discursivos, do pós-estruturalismo ou do pós-modernismo. Se você considera realmente que a vida social é estruturada como a linguagem, então você precisará de modelos complexos que mostrem

⁶ RUBIN; BUTLER, 2003, p. 3.

⁷ Refere-se a *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality*, ensaio publicado pela autora em 1984.

como a linguagem é estruturada. Acho que os modelos binários parecem funcionar melhor para gênero, porque normalmente o vemos como binário; mesmo o *continuum* de diferenças de gênero quase sempre parece estruturado por uma oposição binária básica. Mas logo que nos afastamos dos pressupostos do heterossexualismo ou de uma simples oposição hetero-homo, as diferenças de comportamento sexual não são muito inteligíveis em termos de modelos binários. (...) É preciso haver um modelo que não seja binário, porque a variação sexual é um sistema de muitas diferenças, não apenas um par de diferenças conspícuas. (RUBIN; BUTLER, 2003, p. 168).

2.2.2. Danièle Kergoat e Helena Hirata [2007]

Este tópico se dedica à Danièle Kergoat, socióloga francesa, e, por extensão, à filósofa e doutora em sociologia Helena Hirata, nascida no Japão, criada no Brasil e pesquisadora da universidade Paris VIII, com a qual escreveu o trabalho aqui referenciado: *Novas configurações da divisão sexual do trabalho* (KERGOAT; HIRATA, 2007). Conjuntamente, analisamos também *Cuidado e a imbricação das relações sociais* (KERGOAT, 2016) e o verbete *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo* (KERGOAT, 2009). Apesar de serem mais recentes, os textos foram escolhidos porque permitem a retomada em retrospecto da trajetória da autora, bem como exploram e representam uma parte do feminismo francês. Os principais conceitos apresentados pela autora e aprimorados ao longo de sua carreira acadêmica são: *relações sociais de sexo*⁸; *divisão sexual do trabalho* e *consustancialidade*. Contemporaneamente à autora, há o desenvolvimento de uma sociologia materialista particularmente sensível ao gênero, da sociologia do cuidado e de estudos sobre o trabalho doméstico.

A autora retoma as origens do movimento de mulheres (deixando um tanto ambíguo se está falando especificamente do francês, embora traga exemplos específicos da França) para introduzir a associação entre gênero e trabalho que permeia sua escrita. Um dos argumentos é de que a tomada de consciência de que realizavam um trabalho gratuito e invisibilizado foi um relevante motor para essas mulheres. Explicita-se ainda essa associação na definição que se segue:

⁸ Em nota, a tradutora de Kergoat explica que em francês, “*rapport*” e “*relation*” são igualmente traduzidos como “*relação*”. O conceito apresentado trata das *rappports* sociais: “Para a distinção entre *rappports sociaux* e *relations sociales* remetemos a outro texto da autora: ‘As *relations sociales* são imanentes aos indivíduos concretos entre os quais elas aparecem. Os *rappports sociaux* são, por sua vez, abstratos e opõe grupos sociais em torno de uma disputa’ (Kergoat, 2012, p.128). (N.T.)” (KERGOAT, 2016, pp. 17-18).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (KERGOAT; HIRATA, 2007, p. 599)

O trabalho é, para Kergoat, a “base material” (2009, p. 67) da relação social dos sexos; por meio da divisão sexual do trabalho se realiza historicamente a manutenção das relações hierarquizadas entre os sexos.

Embora se trate da perspectiva de uma sociologia feminista materialista, há apenas dois momentos de citação direta do marxismo nos textos selecionados. No verbete, é citado numa retrospectiva para pensar o surgimento das primeiras análises acerca do trabalho doméstico, sendo destacada a progressiva desobrigação dessa vinculação:

A conceituação marxista - relações de produção, classes sociais definidas pelo antagonismo entre capital e trabalho, modo de produção - era preponderante na época, pois nos situávamos num ambiente de esquerda [...]. Mas, pouco a pouco, as pesquisas se desligaram dessa referência obrigatória para analisar o trabalho doméstico como atividade com o mesmo peso do trabalho profissional. (KERGOAT, 2009, p. 69).

O texto de referência é particularmente interessante, pois procura manter atualizado o debate em torno da divisão sexual do trabalho: defendendo sua “força subversiva” (KERGOAT; HIRATA, 2007, p. 598) e sua relevância para pensar as relações sociais na França; relacionando-o às formas concretas em que se manifesta a divisão na precarização e flexibilização do emprego, bem como na migração de trabalhadoras dos países do Sul para os do Norte europeu.

O grande feito, porém, é demonstrar que juntamente com outras autoras, concretizaram um relevante conjunto de estudos que subsidiaram, no processo, uma definição de trabalho que amplia o escopo marxista. Se esta ideia já estava por trás dos primeiros estudos do termo *divisão sexual do trabalho* nos anos 1970, nos textos mais recentes já se torna um corpo teórico próprio. Mesmo que o casamento entre gênero e trabalho tenha óbvia vinculação com o marxismo, a trajetória destas sociólogas feministas francesas (em constante troca com as brasileiras de vinculação análoga) traz uma coerência teórica relevante, extrapolando um dos pilares que limitava o marxismo como paradigma para pensar a opressão feminina. Não nos cabe aqui

avancar muito sobre a ideia de trabalho gestada nessa sociologia, uma vez que não pode ser apreendida apenas pela leitura dos textos selecionados. Um pouco do que se trata, porém, está no seguinte trecho:

Assim, um passo após o outro, caminhamos para uma definição que não se centrava mais unicamente na valorização do capital. O trabalho foi redefinido e mudou de estatuto: de uma simples produção de objetos, de bens, ele se transformou no que alguns chamam de 'produção do viver em sociedade' (Godelier, 1984; Hirata e Zarifian, 2000) - trabalhar é transformar a sociedade e a natureza e, no mesmo movimento, transformar-se a si mesmo. O trabalho torna-se assim uma *atividade política*. (KERGOAT, 2016, p. 18).

Resta, então, o terceiro conceito chave para este corpo teórico: a *consustancialidade*. Este conceito, de maneira simplificada, é o equivalente francês para *interseccionalidade* - muito embora Kergoat procure explicitar as diferenças entre os dois expondo um pouco da trajetória de *interseccionalidade* no contexto estadunidense. É a *consustancialidade* que dá substrato teórico para pensar conjuntamente raça, classe e gênero no feminismo materialista francês da autora e de outras ao seu redor. Torna-se, mais do que isso, um conceito de referência para articular diferenças. Antes de entrar nos significados do conceito, cabe destacar que quando nasce, no final dos anos 1970, é para dar resposta ao binômio sexo-classe (KERGOAT, 2016, p. 20). A inclusão de raça à análise é, sem dúvida, parte de uma resposta mais geral das teorias feministas à pressão dos movimentos de mulheres negras, além de contribuir com questões colocadas a estas feministas pelos movimentos migratórios na Europa.

A *consustancialidade* é uma ferramenta para pensar a complexidade das relações sociais envolvidas nos trabalhos de reprodução social, do cuidado, doméstico, etc - que o conceito ampliado de *trabalho* exposto permite analisar. Sobre o termo, a autora destaca:

Ele significa a unidade de substância entre três entidades distintas, convida a *pensar o mesmo e o diferente em um só movimento*: 1) não obstante sejam distintas, as relações sociais têm propriedades comuns - daí o emprego do conceito marxiano de relação social com seu conteúdo dialético e materialista para pensar, também, o sexo e a raça; 2) as relações sociais, embora distintas, não podem ser entendidas separadamente, sob risco de serem reificadas. (Ibid., 2016, p. 20).

Assim, sumariza a *imbricação* das relações sociais, argumentando que *gênero*, *raça* e *classe* têm uma substância comum por serem *relações sociais*, mas não podem ser isoladas uma da outra para serem analisadas.

Por fim, acredita que através da consubstancialidade se articula um horizonte emancipatório, o qual busca distanciar da lógica marxista⁹. Esse horizonte se apoia na pluralidade, na subjetividade e na agência dos sujeitos; coletivo e individual não são opostos ou irreconciliáveis para uma emancipação coletiva.

2.2.3. Angela Davis [1981]

Angela Yvonne Davis, filósofa e professora, é conhecida também por integrar o grupo Panteras Negras e o Partido Comunista dos Estados Unidos. No prefácio da primeira edição brasileira de *Mulheres, Raça e Classe* (DAVIS, 2016) - traduzida 35 anos após a publicação original, em 1981 - Djamila Ribeiro (2016, p. 12) ressalta que, “mesmo sendo marxista, Davis é uma grande crítica da esquerda ortodoxa que defende a primazia da questão de classe sobre as outras opressões.” O título do livro remete à interseccionalidade, embora o termo tenha sido formalizado em 1989¹⁰ e não seja citado por Davis nesta publicação. Trataremos aqui do primeiro capítulo da obra, *O legado da escravidão: Parâmetros para uma nova condição da mulher*.

A própria Kergoat nos dá pistas para pensar a obra Angela Davis. Referindo-se a outro trabalho da autora, mostra que na complexidade de sua perspectiva interseccional, Davis extrapola o entrecruzamento de categorias:

A autora, em vez de cruzar categorias - negros, afro-americanos, homens, pobres -, parte do trabalho nas prisões - por quem ele é feito, por quê, quem se beneficia dele, qual o seu lugar na economia - e mostra que essas características remetem às relações sociais. (KERGOAT, 2016, p. 21).

⁹ “Decerto, não do modo como já se fez por demais, ao pensar em termos de ‘tomada de consciência’, indo de um indivíduo abstrato, supostamente universal, em direção a um coletivo encantado no qual o indivíduo desaparece no grupo.” (KERGOAT, 2016, p. 24).

¹⁰ KERGOAT, 2016, pp. 21-22.

Dependendo de como são formuladas, as categorias - no sentido utilizado por Kergoat - remetem a algo demasiadamente estático, se não a-histórico, essencializado¹¹. Se a questão central é algo próximo do que coloca a socióloga francesa - “rastrear os processos que estão na origem de produção de grupos e pertencimentos objetivos e subjetivos” (KERGOAT, 2016, p.21) - a metodologia empregada por Davis é bem-sucedida.

Em retrospectiva das discussões históricas sobre a escravidão nos EUA, o capítulo mostra a incipiência das questões relativas à mulher negra, mesmo nos debates mais recentes. Recontar histórias e preencher lacunas, além de permitir repensar a escravidão enquanto instituição, traz “esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação” (DAVIS, 2016, p. 17).

Davis centraliza, então, o papel do trabalho na compreensão da mulher negra na contemporaneidade e na escravidão, não de maneira simplista; tampouco o inserindo completamente no marxismo. A autora articula, a partir da “avaliação de seu papel como trabalhadoras” (Ibid., p. 17), considerações sobre a comunidade escrava como um todo, inclusive da relação entre homens e mulheres e sobre o papel de resistência à escravidão pelas mulheres negras.

Estabelecendo uma nova perspectiva do trabalho da mulher negra escravizada nos EUA, Angela Davis repara que o trabalho feminino era igualmente explorado (nas lavouras e também em trabalhos industriais) em relação ao masculino, a despeito da construção de uma figura emblemática em torno do trabalho doméstico. A feminilidade, então, era um traço reservado às brancas, evocado nas escravizadas apenas para infligir a elas castigos “cabíveis apenas às fêmeas” (DAVIS, 2016, p. 19), ou em função da imposição da reprodução biológica para beneficiar os senhores de escravos. Ao mesmo tempo, nota que “o sistema escravista desencorajava a supremacia masculina dos homens negros” (Ibid., p. 20). Além disso, a igualdade a que eram forçados no trabalho se convertia em uma relação igualitária no âmbito doméstico, inclusive na divisão de tarefas:

É verdade que a vida doméstica tinha uma imensa importância na vida social de escravas e escravos, já que lhes propiciava o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos. Por isso - e

¹¹ Scott faz ponderações sobre o tratamento das diferenças: “A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que vêem e agem no mundo.” (SCOTT, 1999, p. 4).

porque, assim como seus companheiros, também eram trabalhadoras -, as mulheres negras não eram diminuídas por suas funções domésticas. (DAVIS, 2016, p. 29).

Mais do isso, Davis coloca as mulheres negras igualmente nos episódios de resistência à escravidão, desde organização de fugas, até desempenhando o esforço de alfabetização própria e de outros da comunidade. Destaca também, apontando uma tendência na narrativa histórica de suavizar a violência sexual cometida contra as mulheres escravizadas, que os castigos particularmente mais brutais reservados a elas funcionavam como um sistema de desmobilização:

Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituído durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. [...] O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. (Ibid., p. 36).

Com essas afirmações, embora referentes a outro momento histórico, é possível pensar em divergências no feminismo no que tange às suas origens, sua vinculação com o trabalho, suas perspectivas em relação à violência. É possível pensar na construção histórica das masculinidades. Sobretudo pensar espaços de agência conformados por histórias de resistência envolvendo trabalho, racismo e gênero.

2.2.4 Considerações finais: Marxismo

Tecendo considerações sobre as autoras estudadas, verificamos que o marxismo figura como paradigma e nicho teórico relevante de organização dos grupos e teorizações de esquerda com os quais elas se envolveram.

O texto de Rubin (1993) espelha a lógica marxista na forma de articular as ideias, apesar de distanciar-se da temática de classe, pensando o *sistema de sexo/gênero* de forma separada do sistema de classes. Sua trajetória posterior, que a aproxima da teorização pós-estruturalista, mostra uma possibilidade de melhor embasar esse distanciamento através do uso de referenciais mais permeáveis às questões em que o trabalho não é central, como práticas sexuais, sexualidade, entre outros.

Kergoat e Hirata (2016) têm como base da compreensão de gênero a conexão com o trabalho. Embora mantenham essa vinculação, que consideramos uma herança marxista, trabalham através de uma conceituação própria do trabalho, embasando uma lógica original de articulação entre gênero, raça e classe. São autoras conscientes dos limites do marxismo para se pensar as mulheres e utilizam os conceitos desenvolvidos para estudar concretamente as relações sociais no contexto francês. Desta forma, não nos aparenta que suas teorizações têm uma lógica demasiadamente totalizante.

Davis (2016) traz uma perspectiva muito interessante, a partir do seu trabalho com fontes históricas. Confrontando teorias totalizantes, que buscam sumarizar a experiência feminina universalizando as considerações de um grupo específico, a autora demonstra a possibilidade de pensar a emancipação das mulheres enquanto grupo diversificado sem coadunar o racismo e o classismo, a partir da história de resistência das mulheres negras em seu país. Ela questiona a epistemologia dominante, justamente por utilizar essas narrativas silenciadas como matéria-prima para produzir conhecimento. Sua vinculação política com o marxismo não a impede de pensar questões para as quais não o julgamos permeável; e a relevância do *trabalho* em seu livro tem uma justificação histórica embasada no fato da escravidão e no impacto que a exploração do trabalho teve nas mulheres negras - exploração esta que não pode ser entendida sem pensar a particularidade de suas experiências por serem mulheres e o racismo enquanto estruturador da forma de trabalho ao qual foram sujeitadas.

2.3. Pós-estruturalismo

Justamente por tratar de questões epistemológicas, relativizar o estatuto de todo saber, vincular o saber ao poder e teorizar sobre eles operacionalizando a diferença, creio que o pós-estruturalismo (ou pelo menos certas abordagens geralmente associadas a Michel Foucault e Jacques Derrida) pode oferecer ao feminismo uma perspectiva analítica poderosa. (SCOTT, 1994, p. 16).

No âmbito do feminismo teórico, o pós-estruturalismo marca a possibilidade de colocar questões às quais o marxismo se mostrou pouco permeável, de modo que diversas autoras que estavam disputando as questões de gênero dentro da esquerda marxista se utilizaram do aparato teórico gestado nas ideias de expoentes como Foucault e Derrida. Uma vez que o marxismo

fundamenta correntes mais críticas da economia, este lugar de transição é um dos fatores que desperta nosso interesse nas autoras que colocam suas ideias nos termos do pós-estruturalismo.

Antes de adentrar os textos selecionados, tentaremos destacar alguns pontos que tornam este corpo teórico particularmente atraente aos feminismos que questionam a produção de conhecimento e pensam a multiplicidade da categoria *mulher*, além de levantar também algumas críticas direcionadas a ele.

Um dos eixos que motiva a crítica feminista é a ideia de que as ciências androcêntricas são pouco objetivas, uma vez que através da racionalidade científica atingem um conhecimento alheio às experiências femininas. As autoras influenciadas pelo pós-estruturalismo não se detêm na sugestão de que a inclusão dos questionamentos feministas torna o conhecimento mais objetivo, mas questionam a própria ideia de apreender a realidade e a verdade através das ciências. Esta ideia vai ao encontro do questionamento da separação hermética entre o sujeito conhecedor e seu objeto de estudo, o que implica em desvelar os esquemas de poder nos processos do conhecimento - ao que nos interessa: quais os sujeitos legitimados para a intelectualidade, e portanto, para produção de conhecimento considerado científico, objetivo, neutro; de que maneira este raciocínio se volta às próprias questões feministas, fazendo a teoria se mover à medida que se explicitam replicações das formas patriarcais de pensar.

Não obstante, há uma série de ponderações feitas a esta forma de pensar, sistematizadas a partir de Harding (1993). Primeiramente, adverte-se contra uma tendência ao relativismo total derivada do pós-estruturalismo que coloca a teorização em um lugar de crítica e desconstrução tão forte, que a torna alheia à prática política e as necessidades mais urgentes colocadas pelos feminismos. Acreditamos que uma parte dessa desconexão advém da linguagem excessivamente acadêmica e inacessível através da qual se coloca o pós-estruturalismo. O entendimento da “linguagem como mecanismo de manutenção do poder” (RIBEIRO, 2017, p. 14) é uma ideia que está presente no pós-estruturalismo, mas se torna elemento de crítica à própria teoria. Além disso, Harding pondera que o rompimento com o pensamento dicotômico que baseia a sociedade ocidental - fazer que é facilitado pela sistemática do pós-estruturalismo, embora embase uma estratégia teórica interessante, perde sua força no confronto com a realidade concreta: “As dicotomias são empiricamente falsas, mas não podemos descartá-las como irrelevantes enquanto elas permanecem estruturando nossas vidas e nossas consciências.” (HARDING, 1993, p. 26). Da mesma forma, como é possível, aos sujeitos silenciados e omitidos no curso da história e das

ciências, “não querer proclamar **a realidade das coisas** diante de nossos ‘dominadores’ e de nós mesmas”? (HARDING, 1993, p. 10).

Butler, por outro lado, defende o lugar crítico do pós-modernismo - unificado ao pós-estruturalismo pela visão comum (e para ela, pouco embasada) de que apresentam uma estrutura similar de pensar:

Se o termo pós-modernismo tem alguma força ou significação na teoria social, e na teoria social feminista em particular, ela talvez possa ser encontrada no exercício crítico que busca mostrar como a teoria, como a filosofia, está sempre implicada no poder, e que talvez seja isso que sintomaticamente está em funcionamento no esforço para domesticar e recusar um conjunto de críticas fortes sob a rubrica de pós-modernismo. (BUTLER, 1998, p. 15).

Procura ainda mostrar, no caso do feminismo, que a adesão às críticas do pós-estruturalismo não acarreta na destruição do sujeito *mulher*, mas traduz uma potencialidade:

Ao contrário, se o feminismo pressupõe que “mulheres” designa um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e re-significação. (Ibid., p. 25).

Realizadas estas ponderações, podemos partir para as autoras destacadas para este ponto.

2.3.1. Sexo e gênero, Anne Fausto-Sterling [2000] e Judith Butler [1993]

Uma abordagem interessante para pensar a relação entre gênero e sexo é trazida por Anne Fausto-Sterling (2001/02) ¹², professora de biologia e estudos de gênero na Universidade de Brown (EUA), em *Dualismos em duelo*. A autora coloca em cheque uma ideia comum que se faz do gênero em oposição ao sexo - de que o primeiro é social e o segundo, biológico - apontando que este raciocínio também faz parte da uma leitura de mundo dualista, tipicamente ocidental. Esta leitura, não por acaso, é alvo importante do embate feminista - através dos processos de hierarquização, os dualismos transformam diferenças em desigualdades, como no par homem-mulher. Uma visão similar está em Kilomba, em reflexões sobre o racismo: “Um só se torna ‘diferente’ porque ‘difere’ de um grupo que tem o poder para se definir como norma [...]”. Neste

¹² Publicado originalmente em 2001.

sentido, um não é ‘diferente’, um se torna ‘diferente’ através do processo de discriminação” (2010, p.42, tradução nossa) ¹³.

Quando pensamos no sentido político que a palavra gênero ganha a partir dos anos 70, no contexto euro-americano apontado por Haraway (2004), vemos mais a fundo que o raciocínio dualista acompanha a significação da palavra. Afinal, essa noção de gênero aparece para retirar as mulheres do campo da natureza e colocá-las no campo da cultura; para retirar o incômodo que o termo “diferença sexual” pode causar: de que homens e mulheres são naturalmente diferentes, biologicamente determinados. A afirmação categórica das mulheres enquanto sujeitos da cultura tem um sentido nítido de estratégia política, porém, coloca de lado a construção social pela qual as categorias da natureza passam e que também compõe a opressão das mulheres. Neste momento, não se questionou diretamente a estrutura de pensamento que subsidia a hierarquização do feminino em relação ao masculino e de pares binários correlatos (público x privado/doméstico; racional x irracional; produção x reprodução). Da mesma forma, ao afirmar o gênero deixando sexo como um dado da natureza, perde-se a noção de que a distinção binária do sexo (homem/ mulher) não é tão nítida, mas moldada pelas crenças a respeito do gênero mantidas pelos homens da ciência.

Um apontamento interessante em Haraway (2004) é que a crítica à manutenção do binarismo sexo/gênero que entrará no debate feminista na década seguinte é também componente dos desafios levantados pelos movimentos de mulheres negras. Isto porque borrar as fronteiras do sexo é parte do questionamento sobre a unidade do sujeito do feminismo - a quem ele pertence, que mulheres considera? Enquanto àquelas mulheres, naquele contexto histórico, era possível serem elevadas a sujeitos da cultura, por serem na teoria e na prática, brancas, cissexuais, de classe abastada, as mulheres negras ainda eram associadas à esfera da natureza, da irracionalidade, sendo pungente romper com o raciocínio dual. A autora sumariza como as contradições no movimento feminista abrem as trajetórias para pensar o conceito de *gênero* a partir de outros referenciais teóricos, empreendimento levado por Butler e Fausto-Sterling:

Finalmente e ironicamente, o poder político e explicativo da categoria ‘social’ de gênero depende da historicização das categorias de sexo, carne, corpo, biologia,

¹³ No original, “One only becomes ‘different’ because one ‘differs’ from a group who has the power to define itself as the norm [...].In this sense, one is not ‘different’, one becomes ‘different’ through the process of discrimination”(KILOMBA, 2010, p. 42)

raça e natureza, de tal maneira que as oposições binárias, universalizantes, que geraram o conceito de sistema de sexo/gênero num momento e num lugar particular na teoria feminista sejam implodidas em teorias da corporificação articuladas, diferenciadas, responsáveis, localizadas e com consequências, nas quais a natureza não mais seja imaginada e representada como recurso para a cultura ou o sexo para o gênero. (HARAWAY, 2004, p. 246)

O debate em torno do dualismo sexo/gênero em Fausto-Sterling é caro, pois traz muitas reflexões sobre a produção de conhecimento científico em torno do sexo, que ela vivencia enquanto bióloga. A autora mostra, falando especificamente de biologia e sobre o biopoder foucaultiano, que o meio cultural molda a produção da ciência a respeito da sexualidade humana – ou seja, que os cientistas que produzem verdades sobre o sexo estão embebidos de crenças sobre o gênero que circulam em um tempo e sociedade específicos – e ao mesmo tempo, as verdades das ciências moldam os corpos, “são corporificados no nosso ser fisiológico mesmo” (FAUSTO-STERLING, 2001/02, p. 21), determinando o normal (binário) e intervindo no que se encontra às margens, fora de uma binariedade nítida. A ciência e a sociedade, incorporando suas verdades, intervêm nos corpos através da medicina, da psicologia, das políticas públicas, das estatísticas, pela manutenção do normal. Disso deriva pensarmos que a ciência econômica, como um lugar de produção de verdades que possui legitimidade para a definição de políticas que perpassam o mundo concreto, é também um local que se vale de crenças sobre o gênero e, portanto, local de disputa feminista.

Se o gênero aparece, então, para criar uma identidade política, no decorrer das mudanças no feminismo e nas lutas políticas em torno da sexualidade e da discriminação racial, haverá um esforço teórico em localizar na desidentificação das normas um potencial de articulação e de luta, para tirar a teoria do local de reprodução da lógica dualista que procura contestar, da lógica do sujeito universal (masculino, branco, europeu) que se busca contestar.

Pensando a partir do dualismo sexo/gênero, Judith Butler é uma das referências que pode ser mobilizada para aprofundar esta reflexão. Como Haraway destaca, Butler aponta que “o feminismo precisa aprender a produzir uma legitimidade narrativa para todo um conjunto de gêneros não coerentes” (HARAWAY, 2004, p. 219). Essas autoras abrem seu feminismo para a discussão em torno da transexualidade e intersexualidade, pensando mulheres que são desconsideradas como sujeitos do feminismo, além de pensar a questão da sexualidade em geral.

No texto *Corpos que pesam: sobre o limite discursivo do 'sexo'* (BUTLER, 1999)¹⁴, vemos que o sexo, para Butler, não pode ser apreendido como dado, estático, estável. Para ser culturalmente compreensível, “inteligível”, são necessárias as práticas discursivas, por isso é impossível separar o sexo, numa concepção natural pautada numa ideia moderna de natureza passiva, do gênero, que seria o componente social/cultural que se inscreve sobre o primeiro¹⁵. Para pensar este dualismo ela exige, primeiramente, que repensemos esta ideia de natureza. Sua proposta é pensar o corpo em sua *materialidade*, a partir de uma definição de “matéria, não como local ou superfície, mas como *um processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de fronteira, de fixidez e de superfície – daquilo que nós chamamos matéria*” (BUTLER, 1999, p. 163).

Para a autora, o sexo é um ideal regulatório que é materializado pelo corpo (pois este ideal é produtivo): além do discurso demarcar o que é o sexo, a performatividade do gênero o reitera, é a prática que ajuda a produzir os efeitos materiais do discurso. Em suma, “a questão não é mais ‘como o gênero é constituído como – e através de – uma certa interpretação do sexo’” (BUTLER, 1999, p. 163) - que seria uma forma de enxergar o problema dentro da lógica dualista - “mas, ao invés disso, ‘através de que normas regulatórias é o próprio sexo materializado?’” (Ibid., p. 163).

A importância de se analisar a não naturalidade do corpo e a contribuição das feministas, como Butler e Fausto-Sterling, influenciadas por ideias pós-estruturalistas, é de perceber que na produção do corpo, abrem-se as brechas da abjeção, estabelecem-se corpos não conformáveis. A própria existência desses corpos abre a possibilidade de desestabilizar e desconstruir o sexo normativo. Frente ao possível niilismo atribuído ao pós-estruturalismo, as autoras estabelecem dentro deste paradigma teórico a possibilidade de agência e resistência e vislumbram que ela transborda para o mundo concreto.

2.3.2. Joan Scott [1989]

Embora a discussão nos termos de Butler e Fausto-Sterling ajude a nos aparamentar para pensar a atuação das ciências em geral - gerando conhecimento a partir de lugares de poder e de

¹⁴ Publicado originalmente em 1993.

¹⁵ “não existe nenhuma referência a um corpo puro que não seja, ao mesmo tempo, uma formação adicional daquele corpo”. (BUTLER, 1999, p. 164).

crenças valorativas que transbordam para os corpos, materializando-se - a discussão pós-estruturalista de Joan Scott permite um paralelo mais elucidativo com o uso do *gênero* nas ciências sociais. Além disso, a exemplo do que procuramos realizar com Haraway no tópico anterior, a autora retoma o surgimento do conceito e sua trajetória.

Em *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* (SCOTT, 1991)¹⁶ e no *Prefácio A gender and politics of history* (SCOTT, 1994), a historiadora estadunidense conta sua trajetória no campo da história das mulheres, que a levou à vinculação com o pós-estruturalismo. Ela aponta que dentre as historiadoras estadunidenses, o gênero era um termo utilizado principalmente “por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina” (SCOTT, 1991, p. 3). Ao longo de sua experiência neste campo, ela demonstra que a inclusão dos temas vinculados às mulheres, como as atividades realizadas em âmbito privado, e a própria visibilização da atuação das mulheres no curso da história tradicional, não implicou numa nova história. Ao invés disso, a história das mulheres foi relegada a um campo em separado; o *gênero*, utilizado de diversas formas, desde uma perspectiva meramente descritiva, até como um substituto para *mulheres*¹⁷. Modificar os parâmetros da disciplina se vinculou então à disposição das historiadoras a encararem de frente questões teóricas. Os caminhos que seguiram foram diversos e a fundamentação teórica tomou de empréstimo as formulações de várias correntes, vinculadas ao gênero ou não.

Na retomada destes caminhos, Scott (1991, p. 18) sublinha: “Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença social”. Na historiografia, essa necessidade é mais explícita, pois as formas que tomam as relações de gênero e as categorias sexuais no passado divergem das do presente, que influem na visão do historiador. A visão anacrônica, a essencialização e a naturalização das categorias são potenciais riscos que a autora coloca para as historiadoras feministas.

Scott empreende então, numa definição própria de gênero. Distanciando-se de uma formulação causal e universal, ela leva em conta o surgimento de identidades e a visibilidade dos

¹⁶ Publicado originalmente em 1989.

¹⁷ “Enquanto o termo ‘história das mulheres’ revela sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o ‘gênero’ inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do ‘gênero’ é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980” (SCOTT, 1991, p. 6).

sujeitos, argumentando que uma aproximação da noção foucaultiana de poder permite pensar limites e abertura de espaços para agência, resistência, ressignificação. A autora parte de uma definição primeira:

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1991, p. 21).

Em seguida, enumera fatores para as diferenças percebidas, dentre eles, “símbolos culturalmente disponíveis”, “conceitos normativos”, “instituições e organizações sociais” - aqui ela inclui a economia, o trabalho, a política, e “identidade subjetiva” (Ibid., pp. 21-22). Quanto à segunda parte da definição, descreve que o gênero é uma linguagem para codificar as mais diferentes relações sociais - nas quais se “empregam a diferenciação para estabelecer o sentido e que a diferenciação sexual é a forma principal de significar a diferenciação” (Ibid., p. 23). Coloca, assim, o gênero como categoria útil para a compreensão de outros campos dentro da análise histórica. Observa ainda que enquanto linguagem e lugar de legitimação das relações de poder, “as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente” (Ibid., p.27), não apenas os processos são colocados nos termos da hierarquia entre masculino e feminino num dado momento, mas ao fazê-lo influem sobre os sentidos desta hierarquização.

2.3.3. Considerações finais: Pós-estruturalismo

As autoras selecionadas representam a expansão das possibilidades de se pensar o gênero abertas pelo paradigma teórico do pós-estruturalismo. A discussão em torno da separação entre sexo e gênero, aparamentada por Fausto-Sterling (2001/02) e Butler (1999), é uma maneira primeira de pensar a reprodução, por meio das teorias feministas, de esquemas binários de pensamento – ato que exclui mulheres do escopo do *sujeito* destes feminismos. As autoras possibilitam também que enxerguemos a complexidade que envolve a reflexão de como a produção de conhecimento científico reverbera sobre a realidade objetiva.

Scott (1991), em um esforço de historicizar o surgimento do conceito e sua vinculação com uma visão de mundo tipicamente ocidental, propõe então uma definição que permita pensar diversos contextos históricos a partir do gênero. A forma de colocar o problema amplia a

discussão, pois a autora não se propõe a uma definição universal do gênero ou da mulher, mas busca os fatores que constituem as diferenças sociais para embasar uma definição que auxilie pensar tempo e espaços diferentes - de modo que se torna possível equacionar diferenças a partir de sua teoria.

2.4. Pós-colonialismo

O conceito de conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, mas é sim a reprodução de relações de poder raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade *branca colonial e patriarcal*. (KILOMBA, 2016a, p. 4).

O pós-colonialismo foi selecionado como nexos de análise das trajetórias deste trabalho sem que tivéssemos muita familiaridade com esse eixo teórico, pela percepção de que o termo se torna recorrente quando buscamos autoras feministas que pensam *gênero* pela ótica da diferença. Seguindo a estrutura dos tópicos anteriores, não nos debruçaremos longamente sobre *o que é* o pós-colonialismo, mas sobre as contribuições das autoras que identificamos que habitam sua zona de influência. Mesmo assim, valemo-nos das reflexões de Bahri (2013), a partir de uma diversidade de autoras/es pós-coloniais, para melhor localizar o debate - mais especificamente no âmbito do que a autora denomina *estudos feministas pós-coloniais*.

Partindo da ideia que feminismo e o pós-colonialismo aproximam-se pela multidisciplinaridade, e por abordarem “temas semelhantes de representação, voz, marginalidade e da relação entre política e literatura” (BAHRI, 2013, p. 662), estudar essa conjunção de ideias é interessante para aprofundar a reflexão acerca do sujeito, da linguagem e da produção do conhecimento feministas.

A autora traça comentários sobre *representação*, *essencialismo*, e nos ajuda a entender criticamente o que entra em jogo quando a categoria *Mulheres de 3º Mundo* passa a ter visibilidade no discurso feminista. Primeiramente, discutindo o conceito de *representação*, estabelece as bases do problema sob o viés pós-colonial. Colocando o problema em termos comuns a autoras estudadas neste trabalho, o conceito parte da *falta de representação*:

Áreas como os estudos das mulheres e os estudos pós-coloniais surgiram em parte como resposta ausência ou à indisponibilidade de perspectivas sobre as mulheres, as minorias raciais e as culturas ou comunidades marginalizadas em relatos históricos ou anais literários. Essa falta de representação é semelhante nas esferas política, econômica e legal. (BAHRI, 2013, p. 665).

Em seguida, porém, aprofunda a problematização dos termos dessa representação, mostrando que em se tratar de sujeitos subalternos, a representação realizada pode ser o único referencial de um lugar ou de um grupo, perdendo então o vínculo com a realidade. A partir do interesse do feminismo pela inclusão destes grupos, a experiência de um único indivíduo ou a produção a respeito de uma realidade a partir de percepções ocidentais - mesmo que bem intencionadas - pode ser tomada como representativa. Isto se conecta com o *essencialismo*, pois, conforme mostra a autora, ele sustentou práticas coloniais que se reproduzem na contemporaneidade. Induzindo a uma percepção de que há uma experiência única dos grupos oprimidos, a tomada de uma representação como generalizável aos sujeitos de um grupo, além de atribuir características como imutáveis e atemporais, pode ser também uma forma de silenciamento. Por outro lado, reconhece a dificuldade de fugir de todo e qualquer tipo de essencialismo, destacando ainda que, quando utilizado de modo cauteloso, pode ter seu papel invertido, tendo a utilidade estratégica de disputar representações. Da mesma maneira, a ideia de um grupo denominado *mulheres do 3º mundo* pode ser interessante para realização de trocas de táticas de resistência entre as mulheres de diversas subalternidades.

Por fim, mostra como o agrupamento de mulheres a partir da denominação comum de *3º mundo*, demonstra uma autodefinição, em comparação, de um *1º mundo* desenvolvido e superior. Assim, ofusca-se não só a diversidade de experiências no 3º mundo, mas também opressões transversais, que ajudam a pensar ambos os contextos.

São apenas alguns pontos que nos situam na discussão, ajudando a direcionar nosso olhar para as especificidades das próximas autoras.

2.4.1. bell hooks¹⁸ [1991]

bell hooks, teórica e ativista feminista estadunidense, trata em *Intelectuais Negras* (1995), publicado originalmente em 1991, dos diversos fatores que influem na opção por uma vida intelectual, no caso específico das mulheres negras. Pensando na invisibilidade de maneira mais ampla das pensadoras negras e na sua experiência com a intelectualidade, a autora inspira refletir como as condições objetivas influenciam quem atua na produção do conhecimento.

Os pontos levantados pela autora politizam a opção pela intelectualidade, nos mostrando a impossibilidade de pensar o indivíduo que produz conhecimento fora de seu contexto de escrita. No caso de grupos marginalizados, a comunidade em torno do indivíduo frequentemente desempenha um papel de desvalorização e desincentivo da vida intelectual, ao mesmo tempo em que se torna um fator para que o indivíduo avalie a relevância do fazer intelectual, tendo como horizonte o transbordamento do trabalho para o bem estar de sua comunidade. Por outro lado, o próprio ambiente de produção intelectual determina não apenas a forma de conhecimento que é legitimada, mas os indivíduos que são vistos simbolicamente como aptos à produção de conhecimento.

Primeiramente, a autora vislumbra o trabalho intelectual como ferramenta emancipatória, além de apontar o papel que teve de auxiliar a sua própria sobrevivência dentro de condições de vida precarizadas: “Ferida, às vezes perseguida e vítima de abusos, encontrei na vida intelectual um refúgio, um abrigo onde podia experimentar uma sensação de atuar sobre as coisas, e com isso construir minha identidade subjetiva” (HOOKS, 1995, p. 446). Apesar das dificuldades de legitimação dentro da própria comunidade, hooks parte da valorização da intelectualidade como elemento para transformação da realidade objetiva.

Refletindo sobre as características que circundam uma noção de intelectualidade, como o isolamento e a genialidade, ela mostra como a formação das mulheres em geral, e mais intensamente das mulheres negras, conflitam diretamente com este imaginário. Primeiramente porque o papel das mulheres negras é simbolicamente vinculado, através do racismo e sexismo, à servidão, ao *erotismo*, ao primitivismo - não à intelectualidade. Em segundo lugar porque as exigências do trabalho intelectual conflitam com as exigências que são postas a todo o momento, pela vida cotidiana, às mulheres:

¹⁸ bell hooks é o pseudônimo da autora, e tem a particularidade de ser grafado em letras minúsculas nos seus textos.

A socialização sexista inicial que ensina às negras, e na verdade à maioria das mulheres, que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos, ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial, mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade. (HOOKS, 1995, p. 471).

O fazer intelectual, dentro destas condições, é estranho a quem parte de uma formação em que o próprio isolamento para pensar remete à culpa e ao egoísmo. Mais do que isso, os conflitos se intensificam à medida em que, quanto mais crítico e engajado é o trabalho, maior resistência ele encontra dentro dos ambientes acadêmicos. A aceitação dentro dos mecanismos de legitimação já estabelecidos torna-se outro fator de conflito com os objetivos que motivam as mulheres negras e com sua comunidade:

Para as acadêmicas e/ou intelectuais negras, o estilo de escrever pode evocar questões de aliança política. Usar um estilo que possa nos fazer conquistar aceitação acadêmica e reconhecimento pode depois alienar-nos de um público leitor negro mais amplo. Mais uma vez enfrentamos, de maneira diferente, problemas de isolamento e envolvimento com a comunidade. A opção por escrever num estilo tradicional acadêmico pode levar ao isolamento. E mesmo que escrevamos pelas linhas do estilo acadêmico aceito, não há nenhuma garantia de que vão respeitar nosso trabalho. (Ibid., p. 472).

A autora sintetiza então algumas estratégias para o exercício intelectual pleno e engajado. Primeiramente, que: "Num contexto social capitalista, de supremacia patriarcal branca como esta cultura, nenhuma negra pode se tornar intelectual sem descolonizar a mente" (Ibid., p. 474). Além disso, que devem ser procurados, senão criados, outros espaços de legitimação e valorização para além dos espaços institucionalizados, que tradicionalmente negam a inserção de indivíduos marginalizados na produção do conhecimento. Estes espaços e redes, além de ajudarem a extrapolar o trabalho intelectual para fora dos meios acadêmicos, devem ser pensados para incluir intelectuais que sequer estão nos espaços formais e acadêmicos. Por último, recomenda que a visibilidade dos trabalhos de intelectuais negras pode ser incentivada tanto por homens negros como por pessoas não negras que colocam como combativos ao sexismo e ao racismo. Com estas estratégias, além do trabalho que envolve o pensar tornar-se mais significativo, ajuda a confluir "comunidades de resistência, coalizões que não são convencionais" (HOOKS, 1995, p. 476).

2.4.2. Grada Kilomba [2008]

Grada Kilomba é uma escritora e artista interdisciplinar portuguesa, criada em São Tomé e Príncipe e residente na Alemanha, onde leciona na Universidade de Humboldt. Sua palestra-performance, *Descolonizando o conhecimento* (2016b), e o livro *Plantation memories: episodes of everyday racism* (2010), publicado originalmente em 2008, foram lidos conjuntamente e nos ajudam a pensar a perspectiva do pós-colonialismo em relação com o feminismo negro – que julgamos conversar mais intensamente com o restante do trabalho, uma vez que procuramos destacar em diversos momentos do texto como a influência das teóricas e militantes negras aprofunda a crítica feminista das ciências. Além disso, realiza discussões sobre epistemologia, objetividade e metodologia científica, e traça diálogos diretos com a autora do ponto anterior.

Os textos da autora apresentam não só uma linguagem, mas uma metodologia pouco convencional. Sua escrita toma a máscara de Anastásia – um instrumento repressivo utilizado “para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo” (KILOMBA, 2016a, p. 172) - como símbolo do colonialismo, que permeia o livro enquanto metáfora do silenciamento e do racismo cotidiano. Além da linguagem metafórica, vale-se de uma visão multidisciplinar, mobilizando e politizando conceitos da psicanálise para pensar o racismo, e utilizando termos e temas corriqueiros nos movimentos sociais contemporâneos. Após explorar algumas definições conceituais e metodológicas, a autora realiza entrevistas com mulheres como ela – de faixa etária e classe social similares, negras, africanas ou da diáspora africana, residentes na Alemanha. Exploraremos um pouco dos primeiros capítulos do livro, destacando as críticas à ciência organizadas pela autora e os processos de conhecimento por ela empreendidos.

A autora define preliminarmente a palavra *epistemologia* como “a ciência da aquisição do conhecimento” (KILOMBA, 2016b, p. 4). Em seguida, elenca três pontos que são determinados pela epistemologia, nos auxiliando na compreensão da palavra:

1. (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro.

2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido.

3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro.

Epistemologia, como eu já havia dito, define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditarmos. (KILOMBA, 2016b, p. 4-5)

Ao longo do livro, a autora procura desconstruir a ideia de neutralidade que circunda a produção de conhecimento científico/ acadêmico. Colocando a objetividade como um mito, argumenta que há uma estrutura de poder, racialmente desigual, por trás da determinação do que é objetivo, que valida a construção de conhecimentos considerados universais. Uma das formas de atuação desta estrutura de poder é avaliar a perspectiva de mulheres negras como “parcial”, “subjetiva”, “pessoal”, “não científica” (KILOMBA, 2010, p. 30, tradução nossa), a qual a autora se opõe:

Eu clamo por uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todos nós falamos a partir de um tempo e de um espaço específicos, a partir de uma história e de uma realidade específicas – não há discursos neutros [...] mas dominantes. (KILOMBA, 2010, p. 31, tradução nossa).

Sua metodologia, então, passa por um reconhecimento da marginalidade enquanto local que possibilita resistência, de onde pode emergir um conhecimento “descolonizado”. Centrando-se nos sujeitos, mas mais detalhadamente,

[...] nos modos pelos quais é possível aos indivíduos atuarem como sujeitos em suas realidades sociais, e – como este estudo lida exclusivamente com os testemunhos de mulheres Negras – o modo pelo qual é possível às mulheres Negras conquistarem o status de sujeitos no contexto do racismo gendrado. (Ibid., p. 41, tradução nossa).

– a autora estabelece um lugar de complexidade para o termo, em que o conceito de se tornar sujeito não estabelece uma identidade imutável, mas uma relação do indivíduo com sua realidade. Estabelecendo o grupo social de suas entrevistas a partir de características comuns a ela, “torna possível gerar conhecimento a partir de relações de poder mais igualitárias entre pesquisador e pesquisado.” (Ibid., p. 46, tradução nossa). Mais do que isso, rompe com a ideia convencional de

que o “distanciamento emocional, social e político é sempre uma melhor condição para fazer pesquisa do que o envolvimento” (KILOMBA, 2010, p. 46, tradução nossa).

2.4.3. Considerações finais: Pós-colonialismo

bell hooks sem dúvida é influência para diversas escritoras feministas da atualidade. A partir de seu texto, podemos retomar algumas das questões levantadas na introdução a partir de Harding (1993), como o porquê das teorias feministas estarem frequentemente vinculadas ou justificadas em relação a teorias escritas por homens (de cor e classe específicas) - mais do que isso, teorias amplamente criticadas como insuficientes para se pensar as opressões sobre as mulheres. Muitas vezes o caminho da intelectualidade perpassa as epistemologias dominantes e os lugares legitimados para a produção de conhecimento. hooks (1995) coloca as bases para se pensar a criação de novos lugares de legitimação, demonstrando como isso é de particular importância para valorização dos conhecimentos produzidos e para pensar em grupos que sequer tem acesso aos locais em que se travam as discussões acadêmicas. Não basta disputar as ideias no seio da intelectualidade, mas pensar quais os sujeitos que conseguem acessar estes espaços. Esta crítica, no fundo, subsidia uma crítica à própria alienação da produção de conhecimento às necessidades da transformação social. De que basta traçar horizontes utópicos, se a produção de conhecimento não inclui, não alcança e não escuta os grupos que se pretende emancipar?

Ambas as autoras partem de suas experiências subjetivas, o que é uma metodologia para conhecer que subverte a epistemologia dominante e desafia a lógica de que o conhecimento verdadeiro é produzido a partir do distanciamento, simbolizado pela palavra objetividade. O que elas propõem é, mais do que isso, uma ruptura da separação entre objeto e sujeito de conhecimento. Isto porque o sujeito do conhecimento não é a mulher, muito menos a mulher negra; no modelo do conhecimento ocidentalizado e colonial, os grupos marginalizados figuram predominantemente na posição de objetos do conhecimento. Isso se vincula com a ideia, na exposição sobre o pós-colonialismo, de romper com as formas de representação que estereotipam e naturalizam os sujeitos oprimidos. Quando Kilomba utiliza como metodologia de pesquisa entrevistas com mulheres que partilham de características em comum a ela, propõe uma forma de minimizar a relação de poder com as mulheres que pesquisa, ao mesmo tempo em que explicita

suas especificidades, sem tornar a representação daquele grupo como a única possível para se pensar mulheres negras.

As autoras colocadas aqui se destacam por subverter a linguagem e os métodos da produção científica convencional, advogando que se queremos pensar o gênero a partir da diferença, o caminho da representação própria dos sujeitos é uma metodologia possível para um conhecimento onde as diferenças não são estereotipadas ou essencializadas. Ao mesmo tempo, disputando representações permitem pensar grupos identitários de forma mais concreta, sem estabelecer o isolamento entre teoria e transformação social.

3. Conclusão

Com este trabalho tentamos destacar, através de trajetórias múltiplas, um desafio básico do feminismo às ciências: a crítica da noção de um sujeito universal, sobre o qual versa o conhecimento. Empenhados em elencar contribuições que o gênero e os feminismos – em suas várias formas – poderiam trazer ao fazer da ciência econômica, este destacamento nos pareceu um nexo coerente a uma visão de feminismo que luta por emancipação, preocupando-se com mulheres de diferentes sexualidades, classes sociais, localidades geográficas, cores, etc. Colocar como horizonte o vínculo do fazer da economia a um feminismo deste tipo nos parece particularmente útil se queremos uma economia *mais* explicativa da realidade e engajada no combate às desigualdades.

Adentramos, então, a trajetória de diversas autoras que dialogavam com nosso nexo de pesquisa, organizando-as nos tópicos: marxismo, pós-estruturalismo e pós-colonialismo. Apesar da organização, o objetivo não foi se debruçar na leitura dos pensadores destes grupos teóricos, mas partir de escritos feministas para pensar os esquemas de pensamento consolidados, observando como essas autoras os mobilizavam e/ou extrapolavam em suas teorizações.

Percebemos que as autoras selecionadas, em sua maioria vinculada a alguma forma de militância e ativismo político, traziam, para além das tradições teóricas destacadas nos tópicos, diversas influências, estabelecendo diálogos com outras autoras e outras disciplinas – antropologia, história, literatura, psicanálise, biologia. Nenhuma teoria se coloca de forma isolada, existem diálogos e redes de influências que reverberam mais amplamente. Por um lado, estabelecem-se pontes com grupos de relevo dentro das teorias sociais; por outro, o impacto das

vozes dissidentes faz com que o feminismo dominante tenha que se rever, para poder sustentar sua coerência teórica e apresentar respostas à articulação cada vez maior de grupos oprimidos por dentro da intelectualidade, apontando diretamente as incongruências. Em convergência às ideias de Harding (1993), a instabilidade e o uso criativo das categorias analíticas tomadas de empréstimo pela teoria feminista faz avançar a crítica feminista à produção do conhecimento.

No tópico “Marxismo”, destacamos algumas limitações da teoria marxista para se pensar a opressão feminina. Dentre as autoras elencadas, a manutenção de um vínculo forte com o marxismo pode ser explicada por conta do seu contexto e localidade históricas; por conta do espelhamento no marxismo enquanto modelo explicativo da realidade; por conta da vinculação forte do gênero com o trabalho. De maneira geral, posto que o marxismo ortodoxo não dá conta da opressão de gênero, seus trabalhos extrapolam alguns dos seus limites, seja colocando o sistema sexo/gênero em pé de igualdade com o sistema de opressão de classe (RUBIN, 1993); explicitando o desenvolvimento de um corpo teórico que reformula o conceito de trabalho, fazendo caber diversas experiências femininas (KERGOAT, 2016) ou visibilizando a especificidade histórica da relação de um grupo oprimido com o trabalho, rompendo com o apagamento epistemológico deste mesmo grupo (DAVIS, 2016).

Se o marxismo figura como referência quase obrigatória, tanto para os movimentos de esquerda em geral, quando para as teorizações acerca do trabalho e da classe, o surgimento de outros paradigmas teóricos aparenta novas formas de colocar o problema do *gênero*. No tópico do pós-estruturalismo, vimos que sua influência teórica serve às necessidades de uma crítica epistemológica mais contundente para se pensar a inserção do gênero nas disciplinas constituídas. As teóricas vinculadas a esta corrente de pensamento aprofundam a crítica ao raciocínio dual que estrutura o pensamento ocidental como um todo, extrapolando-a para outros pares, como natureza/cultura e sexo/gênero. A discussão nos termos pós-estruturalistas também auxilia a reflexão da produção de conhecimento enquanto lugar de exercício de poder.

O pós-colonialismo - que figura sobretudo em autoras mais atuais - embora explorado no presente trabalho de maneira pouco aprofundada, complexifica o pensamento dos sujeitos em sua multiplicidade. Dialogando com a tendência em voga, nas teorias sociais e no feminismo, de inclusão de sujeitos subalternos, o pós-colonialismo negocia os termos destas representações, apontando contra essencialização e a estereotipação destes sujeitos. As autoras estudadas neste tópico discutem epistemologia e representação, propondo alterações concretas nas estruturas de

legitimação do conhecimento – através da compilação de propostas metodológicas, de descolonização da linguagem e de estratégias de valorização do conhecimento produzido por sujeitos subalternos, dentro e fora do âmbito acadêmico.

A análise destas trajetórias é nossa forma de reconhecer que as discussões realizadas de forma mais ampla na teoria feminista, e interdisciplinarmente, trazem muitos elementos úteis ao pensamento crítico da Economia. Acreditamos que reverberar essas vozes dentro dessa disciplina e aprender com as discussões já realizadas dentro de outras ciências sociais seria muito frutífero, sobretudo pelo seu isolamento em relação às demais ciências humanas, no que tange à incorporação das críticas feministas.

Podemos traçar diversos paralelos com as trajetórias destas autoras para pensar nossos próprios caminhos intelectuais. Mas, para além disso, suas discussões podem nos ajudar na formulação de nossos problemas concretos. Como podemos levantar novas questões para pensar a mulher dentro da economia, sem adentrarmos alguns dos elementos levantados nos textos selecionados? Como pensar o trabalho doméstico da mulher brasileira sem levantar discussões sobre racismo e escravidão? Como discutir prostituição sem uma base para pensar a transexualidade? A inserção das mulheres lésbicas no mercado de trabalho, não é também uma questão que poderia ser colocada à economia? E de uma maneira mais ampla, como é possível pensar a superação das desigualdades que afligem as mulheres, sem questionar as bases da produção de conhecimento que determinam as questões das mulheres como menos importantes, menos científicas? Adentrar as trajetórias destas feministas foi uma primeira forma que encontramos para abordar estes problemas, muito importantes e complexos.

Referências bibliográficas

- BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, Vol. 21, Nº 2, pp. 659-688, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200018&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em: 24 de jun. 2018.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 151-172.
- _____. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**. Campinas, Nº 11, pp. 12-28, 1998.
- COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (teorias da). In: HIRATA, Helena. Et al (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 59-66.
- DAVIS, Angela. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. In: _____. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 15-40
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**. Campinas, Nº 17/18, pp. 9-79, 2001/02. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02>>. Acesso em: 24 de jun. 2018.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**. Campinas, Nº 22, pp. 201-246, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso em: 24 de jun. 2018.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 1º semestre, 1993. Ano 1, pp. 7-31.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, Nº. 132, pp. 595-609, set/dez 2007.
- HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, ano 3, pp. 464-478, 2º semestre 1995.
- _____. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, Nº 16, pp. 193-210, 2015.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. Et al (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 67-75.
- _____. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI; Maria Rosa (orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 17-26.

KILOMBA, Grada. A Máscara (trad. Jéssica Oliveira de Jesus). **Cadernos de Literatura em Tradução**. São Paulo: USP, Nº 16, pp. 171-180, 2016a.

_____. **“Descolonizando o conhecimento”**: Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba. (trad. Jessica Oliveira de Jesus). Goethe-Institut, 2016b. Disponível em <<http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>>. Acesso em: 28 jun.2018.

_____. **Plantation memories**: episodes of everyday racism. 2ª ed. Münster: Unrast Verlag, 2010.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena. Et al (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 222-231.

RIBEIRO, Djamila. Prefácio à edição brasileira. In: DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 11-15

_____. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. "Tráfico sexual: entrevista". **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2018.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: Notas sobre a ‘economia política’ do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: S.O.S Corpo, pp. 157-210, 1993. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919?show=full>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife: SOS Corpo, pp. 1-35, 1991. Disponível em: <http://compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/JoanScott_Genero_umacategoriautil.pdf> . Acesso em: 24 de jun. 2018.

_____. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**. Campinas, Nº 3, pp. 11-27, 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/2MnTJd>>. Acesso em: 24 de jun. 2018.

_____. Experiência. (Trad. Ana Cecília Adoli Lima). In: SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara C. S; RAMOS, Tânia R. O. **Falas de gênero**: teorias, análises, leituras. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. pp. 21-55.

Documentos Oficiais:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informativo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Outras formas de trabalho 2017. Brasil, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101560_informativo.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.